

Formulário Relatório Final - Componente Científica

1. Identificação do Projecto

Referência do Projecto: PEst-OE/CJP/UI0714/2011

Investigador Responsável: Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia

Instituição Proponente: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FD/UNL)

Data de Início: 01-01-2011 **Data de Fim:** 31-12-2013 **Financiamento Concedido:** €98.097,00

2. Caracterização Sumária do Projecto

Objectivos do Projecto (indicar endereço electrónico do(s) site(s) criado(s), quando aplicável)

Os objetivos centrais do projeto estratégico coincidiram com os do Centro (Cedis), consistindo estes na adoção de um novo espírito e de uma nova perspetiva na investigação jurídica portuguesa e no ensino do Direito. Assim, a sua atividade orientou-se pelos seguintes tópicos: - Favorecer uma investigação atenta ao direito vivo, e não apenas ao Direito das leis e dos códigos; - Favorecer a abertura da investigação jurídica a novas metodologias e áreas de análise (como o Direito e a Economia, a Política Legislativa, o Direito e Estudos Sociais, a Análise do Discurso Jurídico); - Aplicar um novo modelo didático e académico, que se distinga pelas seguintes características: comunicação bidirecional; participação e envolvimento de estudantes nos projetos de investigação; prestação de serviços à comunidade; promoção da internacionalização. Prosseguiram-se, por isso, os seguintes objetivos estratégicos: - Refletir sobre realidades jurídicas novas ou emergentes; - Promover o trabalho interdisciplinar, integrando perspetivas jurídicas e não jurídicas; - Promover a articulação entre a investigação e o ensino, nomeadamente através do envolvimento de estudantes nas equipas de investigação; - Alargar as fronteiras da investigação através da criação de redes de cooperação com centros estrangeiros, designadamente da União Europeia e de países de língua portuguesa; - Criar e desenvolver interfaces entre a investigação e os serviços à comunidade, quer através da atuação enquanto consultor de entidades oficiais ou da sociedade civil, quer através da prestação de serviços de apoio jurídico à comunidade; Para concretizar estes objetivos foram prosseguidos quatro objetivos específicos: a) Constituir estruturas de apoio e de suporte a novas formas de investigação jurídica multidisciplinar, enriquecendo e aperfeiçoando as ferramentas existentes a nível bibliográfico e documental, nomeadamente através da aquisição de livros e revistas relacionadas com as áreas em que se desenvolveram os quatro subprojectos e através da criação de novas ferramentas de investigação, como a criação de sites e bases de dados eletrónicas com materiais jurídicos históricos e contemporâneos (vide subprojecto Pedagogic innovation on legal education).; b) Favorecer a coerência da produção e trabalhos científicos dos investigadores do centro através da constituição de um corpo doutrinário que testemunhe e preserve o trabalho científico produzido. Assim, o Centro apoia as iniciativas individuais que visem a publicação, para fins educativos e científicos, de textos jurídicos produzidos no âmbito dos vários subprojectos. c) Prestar um forte apoio aos trabalhos científicos que versem sobre áreas para as quais a Faculdade tem uma maior vocação e proximidade, tais como: Estudos históricos sobre a Magistratura, o Direito e a Justiça nas Sociedades Modernas e Contemporâneas (subproj. Pedagogic Innovation on Legal Education); O Direito e a lei nos Países de língua Portuguesa (subproj. Law and Society in African Portuguese Speaking Countries); Resolução Alternativa de Litígios, Direito da Propriedade Intelectual, Direitos de Autor e Direito da Concorrência (subproj. Surveys on Legal Issues e Pedagogic Innovation on Legal Education); Política Legislativa e Direito Aplicável à Saúde e aos Direitos Humanos (subproj. Emerging Legal and Political Issues). d) Integração de estudantes em equipas de investigação no âmbito de todos os subprojectos, de modo a que aqueles possam iniciar-se nas rotinas e práticas da investigação científica. Este último objetivo concretiza-se por meio da atribuição de bolsas de investigação a estudantes. A aposta do Centro na participação dos estudantes nas atividades de investigação científica permite, por um lado, aprofundar os seus conhecimentos científicos e, por outro, promover uma nova atitude no que respeita à atividade científica e às competências a nível da comunicação Outro objetivo específico transversal a todos os subprojectos diz respeito à participação intensiva de investigadores externos ao Centro, juristas e não juristas, nacionais ou internacionais (investigadores da Europa, da América, nomeadamente Brasil e África, mas também de outros continentes). Para além do acima exposto, o Cedis procura favorecer a internacionalização da sua produção académica, estabelecendo protocolos e acordos com universidades internacionais (Universidade de Camninas | Universidade de São Paulo | Universidade Católica de Minas

Gerais, Universidade de Alicante, Universidade de Sevilha, entre outras). É também de salientar que grande parte dos investigadores externos é perito em áreas não jurídicas, o que contribui fortemente para a riqueza e qualidade dos trabalhos interdisciplinares, desenvolvidos na área sociológica, antropológica e económica (vide. Surveys on Legal Issues and Law and Society in African Portuguese Speaking Countries). Outras formas de internacionalização são o acolhimento de eventos internacionais, a promoção da colaboração de membros do Centro em atividades científicas no estrangeiro, a participação em projetos de investigação internacionais e a publicação em revistas internacionais indexada. Suprojetos: objectivos e resultados esperados: Emerging Legal and political issues O projeto "Legislação e direitos dos portadores de VIH/SIDA" tem como objetivo identificar as necessidades das pessoas com VIH/SIDA nos vários aspetos das suas vidas, e revelar as respostas já fornecidas, nesta área, pelo sistema jurídico, bem como o que ainda está por fazer neste campo. As áreas sob estudo serão as seguintes: igualdade e não discriminação, acesso a serviço e equipamento de prevenção, tratamento e apoio, integração no mercado de trabalho e segurança no emprego, vigilância, apoio institucional e social. A pesquisa está estruturada de forma a identificar eventuais falhas e meios de as resolver, visando também a definição da intervenção apropriada para a realização efetiva dos direitos das pessoas portadores de VIH/SIDA. Neste sentido, o projeto envolve várias atividades recolha de instrumentos legais nacionais e internacionais que visem especificamente as pessoas com VIH/SID;- identificação dos objetivos pretendidos com a adoção de tais instrumentos; questionários aplicados a 300 pessoas portadores de VIH/SIDA, tentando perceber a sua perceção sobre o respeito pelos seus direitos pelos setores público e privado; tratamento da informação estatística recolhida; disseminação dos resultados; preparação de uma tese de doutoramento "discriminação no trabalho em função da Doença – o caso do VIH/SIDA"; preparação de um curso de formação para profissionais do Direito sobre os temas da igualdade e não discriminação de pessoas vivendo com o VIH/SIDA. - Law and society in african portuguese countries O objetivo deste sub-grupo é fornecer estruturas científicas para o estudo do Direito dos países de expressão lusófona, através da compilação de informação relevante, tanto contemporânea como histórica, relativa aos sistemas jurídicos e respetivo contexto social e político, nos países lusófonos africanos, na América do Sul e Sudeste Asiático. Tal inclui não apenas a recolha sistemática dos textos e documentos jurídicos relevantes (legislação, jurisprudência, decisões de tribunais, informação "histórica" jurídica), mas também material cujas raízes se encontram na cultura e ambiente sócio-político local. Simultaneamente, é objetivo empreender estudos contínuos sobre o direito e a política de antigas colónias portuguesas, incluindo o Brasil e Timor-Leste, de forma a obter uma visão global da evolução pós-colonial de antigos sistemas jurídicos, nomeadamente no que ao chamado hibridismo jurídico do Brasil, África Lusófona e Sudeste Asiático diz respeito, bem como o seu papel em mudanças pós-coloniais. Os objetivos das Missões deste projeto será a recolha de informação in loco, pelos entrevistadores e investigadores de campo, a consulta de documentação de arquivo nos países lusófonos ou em instituições académicas e de investigação na Europa/América. Um dos membros do grupo está a levar a cabo um inquérito pluri-disciplinar, bem como reflexão teórica nas dinâmicas políticas dos Estados Pós-Coloniais de antigas colónias portuguesas. Disto irá resultar a publicação de livros, artigos e a realização de conferências. A maioria das atividades relacionadas com a História dos sistemas jurídicos coloniais e do governo da sua população nativa está a ser levada a cabo no contexto de um projeto autónomo chamado "O governo dos outros: imaginação política no império português (1496-1961)", no qual o CEDIS é Instituição participante. Uma destas atividades, visando a criação de uma base de dados contendo a totalidade da legislação colonial portuguesa e a sua classificação por temas, está a ser levada a cabo pelo CEDIS e irá necessitar de fundos adicionais, de forma a obter o apoio técnico necessário a um back office e outras ferramentas eletrónicas necessárias à construção de uma plataforma na Internet que englobe várias coleções digitais, nomeadamente a que se com instituir no âmbito do projeto, que se articulará com a página web Ius Lusitanea, uma página englobando uma coleção digital de fontes para a História Jurídica Portuguesa. A página web Ius Lusitanea é o resultado de um projeto de investigação financiado pela FCT (MCTES) e pelo POCTI (POCTI/HAR/38328/2001), com os fundos o Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (ERDF), de que foi consultora um dos membros da equipa de investigação do Cedis. Textos constitucionais de países de expressão portuguesa já digitalizados estão a ser tratados com vista a permitir ao público a sua consulta, facilitando assim o acesso a esta informação através da Internet. Resultados esperados: Publicação e lançamento de um livro, em Portugal e no Brasil, relativo a "O Atlântico Sul e o Futuro da Lusofonia"; publicação de 3 artigos, escritos em inglês e peer-reviewed, sobre Direito e Sociedade no mundo Lusófono; Organização de três conferências nos seguintes tópicos: implicações jurídicas e políticas e consequências da crescente instabilidade no Atlântico Sul, onde 5 dos 8 países Lusófonos estão localizados; as dimensões jurídicas e constitucionais da construção estadual e da consolidação do Estado nos países lusófonos; os processos integrativos da Lusofonia como uma entidade autónoma, tanto internos como externos; um CD-ROM contendo os textos constitucionais dos vários países Lusófonos; uma plataforma na internet englobando várias coleções digitais. - Pedagogic innovation on legal education Este projeto engloba vários sub-projetos cujo objetivo é a construção de ferramentas científicas a ser usadas tanto para investigadores profissionais como para estudantes. A participação dos estudantes será incentivada de duas formas: i) os estudantes terão uma participação ativa na construção das supra-mencionadas ferramentas jurídicas, candidatando-se às bolsas financiadas pelo projeto; ii) a disponibilidade das referidas ferramentas irá permitir uma mudança pedagógica nas aulas. De agora em diante, os estudantes poderão levar a cabo pesquisas em campos específicos do Direito utilizando textos e decisões disponibilizadas eletronicamente. Ao mesmo tempo, poderão enriquecer essas ferramentas com trabalhos e ensaios baseados nesses mesmos materiais. Tudo isto irá permitir uma aprendizagem ativa englobando a

aquisição de capacidades complementares - auto-organização, habilidades técnicas e criação de resultados inovadores. Outro objetivo do subprojeto é a obtenção de informação jurídica em matéria de cidadania, através da utilização disponível em páginas web já concluídas. Parte desta informação será coligida pelos estudantes, a quem será dado o incentivo de a usar nos seus trabalhos relativos aos temas histórico-legais subordinados à cidadania portuguesa entre os séculos XIX e XX. Subprojeto 1: Biblioteca Digital Biblioteca digital das fontes para a história jurídica portuguesa: durante os últimos anos o CEDIS apoiou a construção de uma biblioteca digital on-line, contendo fontes para a história jurídica portuguesa. Como já existem páginas relativas à legislação e a debates parlamentares, os nossos esforços serão concentrados em fontes doutrinárias, cobrindo de forma sistemática a produção académica da Faculdade de Direito de Coimbra durante o séc. XIX, a par dos trabalhos de literatura jurídica não académica mais importantes durante o mesmo período. A coleção é única, sendo por isso merecedora da atenção da comunidade internacional de historiadores do Direito. Relatórios sobre a Biblioteca Digital foram publicados em revistas internacionais de História do Direito e estão a ser levadas a cabo providências para que o trabalho do CEDIS-FDUNL seja replicado noutros países (nomeadamente, em Espanha e no Brasil). Nos próximos anos, ao subprojeto irá levar a cabo as seguintes tarefas: digitalizar mais obras (c. 50); digitalizar periódicos ou coleções de decisões jurídicas (c. 120 volumes, "Accórdãos do Supremo Tribunal de Justiça" (1837-1916) e a "collecção official dos accordãos doutrinários do Supremo Tribunal de Justiça" (1900-1940). Foi negociado um protocolo com o Supremo Tribunal de Justiça para a utilização a sua coleção de periódicos; melhoria do sistema de exibição e recuperação; construção de um thesaurus de temas jurídicos (séc. XIX); organização de uma bibliografia (primária e secundária) para o Direito Português do séc. XIX; publicação de ensaios e working papers baseados no material disponível. Resultado: a Biblioteca Digital; publicações analisando o material disponível. Subprojeto 2: "Legislação: trabalhadores e trabalho em Portugal e no Brasil" A cooperação neste projeto entre investigadores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (CECUL-IFCH-UNICAMP) e o CEDIS foi iniciada no contexto mais amplo do acordo institucional entre a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Nova de Lisboa. O principal objetivo deste projeto é a criação de uma base de dados que disponibilizará, na Internet, toda a legislação portuguesa e brasileira sobre escravos, libertos e trabalhadores livres (do séc. XVI ao XX), bem como as leis relacionadas com as condições do trabalho em Portugal, África Portuguesa e América e Brasil. A primeira etapa deste trabalho, que já está a ser levado a cabo, visa a identificação, recolha e tratamento da legislação sobre escravatura e trabalho forçado de 1521 até 1871 (no caso português) e até 1888 no caso brasileiro. Este tratamento inclui um sumário de cada lei, a respetiva temática, palavras-chave institucionais e geográficas e a sua versão digitalizada. Resultado: uma base de dados sobre a escravatura e direito do trabalho em Portugal e no Brasil disponível on-line; publicações analisando o material disponível. Subprojeto 3: Criação e construção de um website do Centro de Estudos em Propriedade Intelectual e Concorrência (CPIC). A página web visa ser uma base de dados relativa à jurisprudência e doutrina portuguesas em matéria de Direito de Autor, Direito da Propriedade Industrial e Direito da Concorrência e o seu objetivo é ser uma recolha de informação disponível para investigadores e pessoas que trabalham nessas áreas mas também um instrumento útil para ser usado no ensino destas matérias. Resultado: base de dados de doutrina e jurisprudência disponíveis on-line; publicações analisando o material disponível. Subprojeto 4: "Conceitos de cidadania (Portugal, 1820-1926)" O objetivo deste sub-projeto é a recolha e análise de fontes históricas para apoiar futuros trabalhos sobre a história dos discursos portugueses sobre a cidadania. Parte destas fontes já estão disponíveis na biblioteca digital sobre doutrina jurídica no contexto do sub-projeto 1. A outra parte (legislação e debates parlamentares) está a ser coligida noutras páginas web (www.parlamento.pt; iuslusitanea.fcsh.unl.pt; net.fd.unl.pt/legis/; www.dre.pt). Tal inclui não apenas as leis eleitorais mas também leis relacionadas com a liberdade religiosa e de imprensa, direitos de associação e petição ou naturalização de estrangeiros, direitos civis e políticos. Resultado: um índice de leis e debates parlamentares em matérias de cidadania; um livro sobre a cidadania portuguesa (1820-1926). - Surveys on legal issues Este projeto engloba 5 subprojetos, todos eles tendo como objetivo o exame da legislação aplicável em cada um dos domínios sob estudo, bem como responder à questão de saber se a regulação legal existente é adequada à realidade das situações às quais as leis se destinam. Alguns destes subprojetos são exemplos de pontes entre os diversos ramos do direito. Subprojeto 1: - observatório da legislação portuguesa. Os objetivos deste subprojeto são: oferecer aos investigadores em diferentes áreas dados independentes da produção legislativa portuguesa atual; providenciar uma reflexão académica em aspetos quantitativos e qualitativos da legislação; contribuir para um conhecimento aprofundado da legislação tanto por especialistas como para os destinatários das leis. Para atingir os seus objetivos maiores o observatório tem dois instrumentos principais: uma base de dados e uma publicação – uma pesquisa anual, dividida em duas partes: a primeira apresenta uma análise quantitativa da legislação governamental e parlamentar; a segunda oferece uma análise qualitativa de um aspeto particular no procedimento legislativo. Até ao momento foram publicado 3 números. Resultado: edição, em 2011 do boletim do observatório n.º 4; edição em 2012 do boletim do observatório n.º 5; alargamento da base de dados de legislação portuguesa. Subprojeto 2: - evolução da jurisprudência sobre a lei da arbitragem, no âmbito do RAL (Laboratório para Resolução alternativa de Litígios): este subprojeto visa pesquisar e analisar decisões de tribunais superiores que aplicam regras da arbitragem. Em especial, é seu objetivo estabelecer a interpretação padrão dos diferentes tribunais superiores para as razões de anulação de decisões arbitrais. Este é um trabalho fundamental numa área que ultimamente viu um enorme desenvolvimento e interesse na comunidade portuguesa. O conhecimento e compreensão das decisões dos tribunais superiores sobre arbitragem é fundamental para a estabilização da prática arbitral. Até ao momento foi publicado um livro

relativo a alguma desta jurisprudência. Resultado: publicação de um livro com os resultados da análise de jurisprudência. Subprojeto 3: - licenças de direitos de propriedade intelectual: este subprojeto é baseado na análise dos princípios subjacentes à regulação das licenças de propriedade intelectual (quer em direito de autor, quer em direito da propriedade industrial) e a consideração das suas implicações práticas. Este trabalho visa identificar as regras aplicáveis à obtenção de uma autorização para explorar trabalhos intelectuais ou simplesmente para usar os trabalhos e fá-lo analisando diferentes tipos de contratos. Além disso, outro objetivo consiste em tentar concluir se o atual regime jurídico contribui para proteger o titular destes direitos ou se se justificam reformas legislativas. Vários artigos sobre este tema foram já publicados pelos investigadores do CEDIS e está a ser preparado um livro englobando aproximadamente 20 artigos analisando tipos de contratos de propriedade intelectual. Resultado: publicação de um livro com os resultados desta fase do projeto. Subprojeto 4: - ligação entre propriedade intelectual e direito da concorrência: este sub-projeto lida com o interface entre o direito de autor e direito da propriedade industrial e a teoria económica, partindo do facto de que em ambos os casos se estuda comportamento baseado em incentivos, o que faz da propriedade intelectual um importante campo de estudo tanto para o Direito como para a Economia. Tendo como ponto de partida trabalhos escritos especificamente com este propósito, o projeto visa criar um espaço de discussão para alguns dos mais problemáticos temas que hoje se enfrentam em propriedade intelectual e nos quais a economia da regulação pode dar importantes contributos. Resultado: organização de 3 workshops com o objetivo de discutir os trabalhos escritos sobre os 3 temas a ser analisados durante este período. Publicação de um livro; constituição de um site. Subprojeto 5: - contratos públicos e direito da concorrência: trata dos problemas resultantes da interceção dos contratos públicos e da concorrência, normalmente apenas estudados por uma dessas disciplinas jurídicas e de um único (e incompleto) ponto de vista. Este subprojeto é assim uma primeira tentativa de uma análise interdisciplinar destes problemas e de extrair algumas conclusões da confluência destas duas diferentes perspetivas dos problemas, que são comuns a ambos os campos. Resultado: organização de um livro com os resultados desta fase do projeto.

Breve descrição das actividades desenvolvidas bem como dos desvios ocorridos durante a execução do projecto

No que se refere à implementação de estruturas de suporte à investigação e ao ensino jurídicos multidisciplinares, composta principalmente por sites e recursos jurídicos disponibilizados online, podemos identificar as seguintes atividades realizadas: a) implementação da Biblioteca Digital de fontes para a história do direito português (cerca de 850 livros de literatura académica jurídica do século XIX- primeira metade do século XX foram digitalizados, classificados e publicados <http://www.fd.unl.pt/ConteudosAreas.asp?Area=BibliotecaDigital>); b) implementação de um conjunto de coleções de documentação jurídica (sobretudo legislação) para apoiar o estudo de direito colonial no Império português, bem como do direito contemporâneo na África lusófona: i) edição digital de documentos sobre direito públicos dos países da CPLP, disponíveis no website do CEDIS (c. 35 textos constitucionais históricos e contemporâneos, c. 700 pp.); ii) uma plataforma digital integrando c. de 10.000 normas coloniais (Legislação Novíssima do Ultramar (1834-1910), disponível no site "The Government of Difference" (<http://governodosoutros.ics.ul.pt/>), neste momento a ser testado e em breve disponibilizado na página da FDUNL-Cedis; iii) uma base de dados histórica indexada sobre escravidão, trabalho forçado e legislação sobre trabalho em Portugal e no Brasil, em parceria com o IFCH da Univ. Campinas (www.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/); as leis abolicionistas foram igualmente publicadas na base de dados Le droit des traites et des esclavages, from Eurescl, Project "Slave trade, slavery, abolitions and their legacies in European histories and identities" (<http://www.eurescl.eu>); iv) uma lista completa dos deputados nativos da África e Ásia eleitos para o parlamento português (1822-1926) e identificadas as sessões nas quais intervieram ou apresentaram projetos. c) implementação de um museu virtual de representações visuais, objetos burocráticos e textos jurídicos, jornalísticos e literários relacionados com o funcionário público português, homens de Estado e serviços públicos ao longo dos séculos XIX e XX (<https://sites.google.com/site/memorybankbureaucracy/home>); d) no âmbito do Observatório de legislação Portuguesa (<http://www.fd.unl.pt/default.asp>) foi construído um banco de dados sobre o conteúdo da legislação que se produziu em Portugal durante os últimos anos, bem como sobre a metodologia de elaboração das leis, e foram publicadas cinco edições de uma publicação anual, fazendo a análise quantitativa qualitativa dessa legislação; e) No âmbito do projeto Frustração do cumprimento dos contratos, com o objetivo de clarificar o regime jurídico português, foi aplicado um questionário sobre o tema à população da área metropolitana de Lisboa. Os dados resultantes estão disponíveis para a comunidade científica no site de CEDIS (<http://cedis.fd.unl.pt/home/root/projetos/403-frustracao-do-cumprimento-dos-contratos-projeto>). A discussão dos resultados foi feita num SPEED (Seminário Permanente sobre o Estado e o Estudo do Direito), em diálogo com sociólogos dos ICS (Universidade de Lisboa). Foram ainda redigidos vários relatórios de análise de jurisprudência e publicados vários artigos e papers e um livro sobre o tema; f) Iniciou-se a implementação do site do Fórum do Arrendamento (<http://www.fd.unl.pt/web/forumrs/#>), com o objetivo de constituir um observatório sobre o assunto em Portugal. O Centro de Estudos em Propriedade Intelectual e Concorrência (CPIC), criado em 2009, tem como missão o desenvolvimento de atividades relacionadas com a promoção da formação e investigação nas áreas do Direito da Propriedade Intelectual e da Concorrência. Caracterizado por uma grande abertura à comunidade extra-académica, o Centro tem como objetivo criar condições para o desenvolvimento de estudos em vários campos da Propriedade

Intelectual, incluindo direitos autorais e direitos de propriedade industrial, e do Direito da Concorrência; contribuir para a formação especializada nestas áreas e promover e participar nas discussões sobre a evolução da regulação dos Direitos de Propriedade Intelectual e do Direito da Concorrência e a aplicação destas regras no ordenamento jurídico português. Durante 2011 e 2012, CPIC desenvolveu um site que funciona como um arquivo on-line para a doutrina jurídica, a legislação e jurisprudência sobre Propriedade Intelectual e Direito da Concorrência, com vista a permitir aos seus utilizadores, isto é, sobretudo estudantes das disciplinas de Mestrado de Direito de Autor, Propriedade Industrial e Direito da Concorrência, facilmente pesquisar e recolher documentos, incluindo a legislação, jurisprudência e principal bibliografia sobre estes mesmos assuntos (<http://www.fd.unl.pt/cpic/Default.asp?Tipo=93&S=107>). Ainda em 2011, organizou-se a primeira pós-graduação avançada (curso de Contratação Pública e Concorrência). O curso foi concebido como um conjunto de seminários temáticos sobre as questões mais relevantes na ligação entre contratos públicos e as normas e princípios do direito da concorrência. Pioneiro no relacionamento destas duas áreas, abordou as principais preocupações dos advogados que são confrontados com a necessidade de levar em conta os regimes de ambas as áreas. O resultado foi também a organização da obra coletiva intitulada "Contratação Pública e Concorrência", que recolhe os textos das intervenções dos participantes no curso de formação avançada anteriormente referido. Já antes, em 2011, o CPIC empreendeu a organização de uma obra coletiva, publicada pela Almedina, com o título "Contratos de Direito de Autor e de Propriedade Industrial". Foram também alcançados importantes resultados no âmbito do laboratório para a resolução alternativa de litígios (<http://laboratorial.fd.unl.pt/>), cujo principal objetivo foi estudar e promover o desenvolvimento de métodos de resolução alternativa de litígios (negociação, conciliação, mediação e arbitragem) e cuja extensão de ensino foi o Mestrado Novas Fronteiras da Justiça (2010-2011), o curso de pós graduação em arbitragem (2008-2013), o curso introdutório sobre resolução alternativa de litígios, bem como o curso de mediação internacional e mediação em advocacia (2010-2013). Foram também publicados vários artigos científicos e dois livros (Análise de Jurisprudência sobre Arbitragem, Almedina, 2011; Nº 16 da Revista Thémis, inteiramente dedicada aos trabalhos do curso de pós graduação em arbitragem). O projeto Legislação e direitos das pessoas com HIV/AIDS, visando o estudo da política legislativa / identificação das necessidades das pessoas com HIV/SIDA, deu origem a um relatório final escrito por um estudante de doutoramento, que está neste momento a desenvolver uma tese de doutoramento sobre o tema, sob a supervisão de um membro da equipa de investigação do CEDIS. O projeto direito e literatura, uma parceria com o Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, deu origem a um seminário internacional (Direito e literatura – mundos em diálogo, 2010), cujo resultado foi publicado em obra coletiva também de 2010. Na sequência destas atividades constituiu-se um grupo de alunos de graduação que tiveram a oportunidade de trabalhar neste domínio, através da análise de livros escritos por escritores portugueses dos séculos XIX e XX. A construção de um "corpus" de literatura portuguesa do século XIX de novelas que aborda temas jurídicos foi outro objetivo prosseguido, embora não terminado. Estas atividades foram acompanhadas pela publicação, entre 2011 e 2013, de livros, textos e relatórios sobre os assuntos nucleares investigados pelos membros do CEDIS, muito deles analisando as informações disponíveis nas ferramentas de pesquisa criadas no âmbito das atividades do CEDIS (v. Tabela 8: "Descrição detalhada das atividades desenvolvidas"; 5. Indicadores de realização física e 6. publicações). A organização e participação em seminários nacionais e internacionais, cursos de especialização e outros constituíram outro conjunto importante de atividades. Parte deles deu origem a publicações sobre os temas discutidos (v. Tabela 8: "Descrição detalhada das atividades desenvolvidas"; 5. Indicadores de realização física e 6. publicações). Vale a pena sublinhar aqui i) os Seminário Permanente sobre o Estado e o Estudo do Direito (SPEED), orientado para os estudantes e o "Espaço público", voltado para estudantes de graduação e de pós graduação, nos quais se promoveu regularmente debate sobre vários jurídicos e políticos temas contemporâneos ii) as conferências nacionais e internacionais organizadas em cooperação com outros institutos de pesquisa (ICS, CHAM, IFL, CCS – FLUL e outros); iii) a presença regular de peritos internacionais, que foram convidados a fazer conferências sobre temas específicos relacionados com os tópicos de pesquisa dos CEDIS. São também de destacar as atividades desenvolvidas no âmbito da UMAC (Unidade de Mediação e Apoio ao Consumidor, em colaboração com o Instituto do Consumidor), envolvendo professores e alunos em assistência jurídica no domínio do direito do consumidor. Finalmente, no que diz respeito a professores visitantes, além do apoio a deslocação de professores de instituições de investigação e ensino internacionais, para participação em encontros científicos e dinamização de workshops promovidos pelo CEDIS (v. Tabela 8: "Descrição detalhada das atividades desenvolvidas" e ;5. Indicadores de realização física), o CEDIS apoiou a presença, em diversas atividades académicas da FD-UNL, de uma equipa internacional de especialistas na teoria da argumentação (grupo de teoria do direito da Facultad de Derecho de Alicante, liderada pelo professor Manuel Atienza, um dos maiores especialistas europeus sobre o tema), que foram convidados para curtas estadias no contexto da qual se realizaram seminários de investigação conjunta (2008-2011). Foi também no âmbito desta colaboração que se tornou possível a participação de membros da equipa de investigação do CEDIS como consultores jurídicos no Projeto "Argumentação, comunicação e contexto", em parceria com o Instituto de Filosofia da Linguagem da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. Foi ainda publicada uma obra coletiva, reunindo textos escritos por alunos de doutoramento que participaram nos seminários de investigação sobre teoria jurídica e teoria da argumentação (v. Tabela 8: "Descrição detalhada das atividades desenvolvidas") No respeitante aos desvios: A impossibilidade de movimentar as verbas atribuídas ao projeto durante o ano de 2011, por motivos que na altura foram explicados junto da FCT (v. realização financeira) e a posterior redução da verba inicialmente

atribuída para praticamente metade do seu valor, obrigou a rever alguns dos objetivos e, sobretudo, a reduzir o ritmo de implementação das atividades, o que se refletiu na quantidade de trabalho produzido. No entanto, como em muitos aspetos o trabalho realizado no contexto dos vários subprojetos já estava em curso quando foi solicitada a elaboração do presente Projeto Estratégico, estes problemas não afetaram de forma irreversível a realização das principais atividades e objetivos (v. "Objectivos atingidos"). Neste contexto, a opção foi canalizar o essencial do restante financiamento disponível para a rubrica para recursos humanos, salvaguardando-se assim um dos objetivos mais importantes do projeto, o de promover a articulação entre a investigação e o ensino, através do envolvimento de estudantes nas equipas de investigação. As atividades que sofreram mais com os problemas atrás referidos foram as missões e os consultores. Apesar disso, houve um elevado número de missões realizadas pelos investigadores da equipa, para as quais funcionaram outras fontes de financiamento, nomeadamente os projetos individuais que obtiveram financiamento autónomo. Mais prejudicadas ficaram as deslocações para realização de trabalho de campo e pesquisa em arquivos nos países de expressão oficial portuguesa, embora se tenha realizado uma, no âmbito do projeto "O governo dos Outros (...)". A partir de certa altura, outro objetivo específico transversal a todos os subprojetos que sofreu com a redução do financiamento foi o financiamento a professores visitantes, investigadores externos ao Centro, juristas e não juristas, nacionais ou internacionais; as quais, não obstante, não foram interrompidas, como se pode verificar neste texto, na tabela 8: "Descrição detalhada das actividades e nos Indicadores. O objetivo da internacionalização por estar via terá, no entanto, que ser intensificado no futuro. Algumas atividades realizadas não estavam previstas como objetivos específicos, mas contribuíram para realizar os objetivos gerais do projeto. Nomeadamente as atividades realizadas no âmbito da UMAC, e do projeto Soberania pós-nacional: a União Europeia rumo a uma identidade política. Desvios pontuais de pormenor: O Subprojeto Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial: com relatado em anteriores relatórios, foram revistos e liberados para consulta pública os registos relativos à legislação sobre escravidão em Portugal no século XIX. A revisão da filosofia subjacente à base de dados, no sentido de dar menor importância aos resumos da legislação e aumentar o número de temas e subtemas a indexar obrigou a rever todos estes registos, estando essa revisão em curso. Por esse motivo, alguns dos registos que já estavam disponíveis ao público deixaram, transitivamente, de estar. Foram resumidos e preparados para inserção na base de dados os registos relativos a toda a legislação sobre trabalho na África colonial portuguesa. Todos estes documentos foram já inseridos, estando agora a ser revistos os resumos e a indexação. Deu-se início à investigação, em obras de referência, da legislação sobre trabalho livre em Portugal no século XIX e XX, mas a recolha, digitalização e disponibilização desta documentação atrasou-se em virtude da alteração anteriormente referida, que obrigou a rever todo o trabalho já realizado. A finalização deste projeto será contudo conseguida durante o ano de 2014. O subprojeto Biblioteca Digital tem aumentado, progressivamente, o número de livros disponibilizados, mas foi recentemente objeto de uma revisão geral que está em curso, visando a deteção de problemas, a melhor organização do site e, sobretudo, agilizar e tornar mais fácil a consulta pelos utilizadores, o que tem dado origem a uma diminuição do ritmo da publicação de novas obras e coleções. No âmbito do subprojeto "Conceitos de cidadania (Portugal, 1820-1926)", foram identificados e recolhidos alguns debates parlamentares sobre os temas propostos, no âmbito da disciplina "História das Instituições", do curso de Mestrado em Direito. Foi aprovado, para publicação na revista *Mélanges de la Casa Velásquez*, um artigo sobre liberdade religiosa e apresentado um paper sobre cidadania na Constituição vintista (v. 6. publicações), mas não foi concluída a publicação de livro sobre cidadania em Portugal.

Objectivos atingidos

Apesar de algumas dificuldades, em parte associadas a constrangimentos orçamentais mas, sobretudo, à incerteza provocada pela alteração das regras relativas à contabilidade dos Projetos e Unidades de investigação e, de uma forma geral, às normas que orientam a contabilidade pública das instituições (v. "Realização financeira"), uma boa parte dos objetivos foram atingidos ou estão em vias de o ser. Os vários sites, bases de dados e outros recursos para a investigação jurídica disponibilizados online concretizaram o objetivo, prosseguido desde a criação do Centro, de implementar estruturas de suporte à investigação e ao ensino jurídicos multidisciplinares, em diversas áreas e com objetivos específicos também diversos (v. "Breve descrição das atividades desenvolvidas (...) e Tabela 8: "Descrição detalhada das atividades desenvolvidas"). A continuação da atividade de publicação, entre 2011 e 2013, de um conjunto assinalável de livros, textos e relatórios sobre os temas nucleares investigados pelos membros do Cedis, muito deles analisando as informações disponíveis nas ferramentas de pesquisa criadas no âmbito das suas atividades (v. Tabela 8: "Descrição detalhada das atividades desenvolvidas" ;5. Indicadores de realização física e 6. publicações), concretizou o objetivo, que irá continuar, de formar um corpus doutrinal institucional coerente e tendencialmente orientado pelos seguintes princípios programáticos, que presidiram a toda a investigação realizada: - favorecer a observação da aplicação prática do direito e a perceção pública do mesmo e as suas articulações sociais, políticas, culturais e económicas, aspetos presentes em várias das atividades relatadas (realização de inquéritos sociológicos sobre perceção e atitudes face ao direito (incumprimento contratual e direitos dos doentes com HIV), análise de jurisprudência dos tribunais (Ral-arbitragem; Incumprimento contratual), estudos qualitativos e quantitativos sobre a produção legislativa, no âmbito do Observatório sobre a legislação. - Fomentar a abertura da investigação jurídica a novas metodologias e métodos de análise: recurso às metodologias da sociologia e da análise económica do direito para melhor compreensão dos fenómenos do incumprimento no direito contratual. realização de seminários de investigação dedicados

à reflexão aplicada sobre as teorias da argumentação jurídica (a argumentação como metodologia do direito e questões disputáveis do direito de hoje); - Promover a abertura da investigação jurídica à interdisciplinaridade, concretizada em vários estudos, seminários e projetos onde se privilegiaram as perspectivas não jurídicas sobre o direito, aspeto facilitado pela integração na equipa de investigação de vários membros vindos de outras áreas do saber (antropologia, sociologia, história), mas interessados na compreensão contextualizada dos fenómenos jurídicos. É de salientar, neste aspeto, o forte investimento na perspetiva histórica e cultural do nível jurídico da realidade, sobretudo no respeitante ao direito nas épocas moderna e contemporânea e ao direito colonial e pós colonial, pelas suas similitudes com as lógicas jurídicas dos novos espaços globalizados (como foram os espaços imperiais), mas também para potenciar o estudo das realidades jurídicas dos países de expressão oficial portuguesa, um dos objetivos específicos do projeto, desenvolvido no âmbito de um dos seus subprojetos (Law in Lusophone Africa). A dimensão interdisciplinar da investigação foi ainda intensificada por meio do acolhimento, no Cedis, como instituição proponente ou instituição participante, de quatro projetos de investigação autónomos que envolveram parcerias com instituições e investigadores de áreas não jurídicas, nomeadamente com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ("Avaliação do Regime Português do Incumprimento dos Contratos", PTDC/JUR/65141/2006, no âmbito do qual o direito e as perspetivas económicas sobre o direito se articularam numa análise interdisciplinar dos fenómenos estudados) e o "O governo dos outros: imaginação política no império português (1496-1961)" (PTDC/HIS-HIS/104640/2008), com uma ênfase particular na análise histórica e antropológica) e com o Instituto de Filosofia da Linguagem da FCSH da UNL ("Soberania pós-nacional: a União Europeia rumo a uma identidade política" (PTDC/FIL-ETI/108287/2008) e "Argumentação, Comunicação e Contexto" (PTDC/FIL-FIL/110117/2009). - Refletir sobre realidades disciplinares jurídicas emergentes (formas de resolução alternativa de litígios, direitos das pessoas infetadas com o vírus HIV, Propriedade Intelectual e Direito da concorrência, Direito e Bioética, Literatura e Direito). Em todas estas atividades estiveram envolvidos alunos e bolsiros com bolsas de iniciação à investigação, concretizando-se aí outros dos objetivos gerais prosseguidos pelo centro desde a sua criação: promover a participação dos alunos nas atividades de investigação, incentivando-os a trabalhar em equipa e numa perspetiva internacionalizante. Com as atividades desenvolvidas no âmbito da clínica jurídica UMAC (Unidade de Mediação e Apoio ao Consumidor, em colaboração com o Instituto do Consumidor), concretizou-se o objetivo de abrir a investigação a uma dimensão prática, de compromisso com a sociedade envolvente, o mesmo acontecendo reativamente a parte das atividades desenvolvidas no âmbito do Laboratório para a Resolução Alternativa de Litígios (RAL). O desenvolvimento do observatório sobre a legislação, o fórum do arrendamento e a investigação em torno de temas como os direitos dos doentes com HIV ou a perceção pública sobre o incumprimento dos contratos concretizaram, de outro modo, o objetivo estratégico de criar interfaces entre a investigação e a comunidade, de modo a que o trabalho académico seja utilizado nas políticas do direito e da justiça. O mesmo se pode afirmar relativamente às atividades que começaram a ser desenvolvidas em torno de novos temas como o direito e a segurança ou o direito e a religião. A internacionalização da investigação foi sendo mais conseguida no plano do acolhimento de eventos internacionais, na promoção da colaboração de membros do Centro em atividades científicas no estrangeiro e, em menor escala, na participação em projetos de investigação internacionais e na busca de parcerias com instituições académicas estrangeiras, nomeadamente através da celebração de protocolos de intercâmbio científico e pedagógico com Universidades lusófonas (incluindo Brasil Macau). Menos conseguida foi a internacionalização da investigação pela via da publicação em revistas internacionais indexadas, aspeto que se espera vir a intensificar durante a execução do próximo Programa Estratégico, estando neste momento já realizado o levantamento das revistas científicas que constam dos indexadores mais importantes (Scopus, Scielo, Latindex e outros). A maior articulação entre os planos de investigação e os trabalhos desenvolvidos pelos alunos no âmbito do programa de doutoramento é outro objetivo que se espera vir a realizar de forma mais substantiva nos próximos anos, de modo a que, com base nessa articulação, se estruture uma comunidade académica mais coesa.

Realização Financeira (justificação sumária dos desvios ocorridos durante a execução do projecto)

O plano de financiamento aprovado para 2011-2012 envolvia o montante de 189.090,00 Euros. Uma parte substancial deste orçamento (87.558,00) destinava-se a financiar bolsas de iniciação à investigação científica a ser atribuídas a jovens investigadores, no âmbito da realização das atividades associadas aos vários projetos: recolha de informação e respetiva análise; digitalização, classificação, indexação e edição e publicação eletrónica de documentos; trabalho de campo e de arquivo. Outra parte destinava-se a despesas com consultores para a realização de seminários de investigação e para participação em encontros internacionais promovidos pelo Cedis (33.000,00 Euros) e ao financiamento de missões, consistindo estas em deslocações a encontros científicos internacionais e deslocação a Universidades e Centros de investigação estrangeiros e para preparação de protocolos de colaboração (19.000,00 Euros). Para aquisição de bens e serviços – aquisição de livros e revistas, publicação de boletins, relatórios, livros, e revistas, implementação de plataformas informáticas várias (27 524 000 euros) e finalmente uma pequena quantia

(3.100,00 Euros) para aquisição de equipamentos, tendo em conta que o equipamento do centro já tinha sido em boa medida realizada em anos anteriores. Foi ainda calculada uma percentagem para gastos gerais (18.908,00 Euros). Tal como foi explicado em Maio de 2012, não foi possível executar o projeto durante o ano de 2011 utilizando as verbas atribuídas, devido a alterações legislativas ocorridas no verão de 2011, que impediram a movimentação do dinheiro. As atividades foram assim financiadas com verbas que tinham transitado do saldo de 2010 e que foram utilizadas para atividades que envolviam valores menores, evitando-se outras, que envolvessem maior valor, por inexistência de liquidez de fundos. Esta dificuldade de movimentar as verbas atribuídas ao projeto durante o ano de 2011, por motivos que na altura foram explicados junto da FCT (v. carta enviada à FCT a 11 de Maio de 2012 em 9. ficheiros anexos), e, na sequência deste processo, a posterior redução da verba inicialmente atribuída para praticamente metade do seu valor, constituiu o motivo maior para os desvios verificados, se considerarmos o primeiro planeamento financeiro submetido e aprovado. Tal como se explicou na altura em que se procedeu, em 2012, à reprogramação do projeto, prorrogado para 2013, e pensado em função do valor entretanto aprovado pela FCT para esse ano (44.583,00 Euros), a opção foi continuar a investir o essencial dos recursos no trabalho de bolsiros de investigação, sob coordenação de membros da equipa de investigação, por ser a integração dos estudantes numa investigação jurídica interdisciplinar um dos objetivos mais persistentemente prosseguidos pelo Centro. Paralelamente, aumentou-se proporcionalmente o valor da aquisição dos bens e serviços por serem absolutamente necessários à boa prossecução bem como à divulgação/publicação dos resultados dos vários projetos de investigação, em suporte eletrónico ou de papel. O menor investimento feito em Missões e Consultores não envolveu, contudo, uma redução do número de organização e de participações em Encontros Científicos nacionais e internacionais, como se pode verificar nos relatórios científicos. Ambas as atividades foram realizadas, mas recorrendo-se a outras fontes de financiamento (bolsas de apoio para investigadores convidados e/ou ao financiamento por parte de instituições internacionais que endereçaram convites aos investigadores). Essa opção explica, por exemplo, que o Colóquio realizado em Setembro de 2012 (Entre a história e o Direito), que envolveu a vinda de grande número de investigadores estrangeiros, se tenha realizado quase sem custos para a Unidade. Explica também que o elevado número de participação em Encontros internacionais não se repercute num gasto significativo em Missões. É evidente que uma maior disponibilidade financeira teria permitido a promoção de outras atividades de consultoria e a realização de deslocações importantes, nomeadamente as que envolviam trabalho de campo ou de pesquisa em arquivos estrangeiros, que foram as mais afetadas, por envolverem deslocações mais prolongadas. A redução da verba disponível desde então explica portanto o reduzido montante aplicado ao financiamento de missões e com consultores, quando comparado com o que tinha sido orçamentado para o presente Programa Estratégico. Por esse motivo, na tabela detalhada das atividades incluem-se apenas missões/deslocações a outras Instituições de Investigação que foram diretamente financiadas pelo Cedis, estando omissas quase todas as deslocações dos investigadores para participação em Encontros Científicos no estrangeiro que são depois contabilizadas no quadro dos indicadores de produção científica. Aproveitamos para explicar que o financiamento das missões através do orçamento direto do Cedis foi, desde a sua criação, residual, de acordo com a política decidida a partir de Novembro 2004, tal como se explicou no relatório que acompanhou a reprogramação elaborada em Junho de 2013. Essa política tinha sido interrompida em Janeiro de 2010, em virtude da constatação de não poderem os investigadores das Unidades de Investigação candidatar-se ao apoio da Facc e das cada vez maiores dificuldades em obter financiamento por outras vias, dificuldades relacionada com a situação financeira do país. Esta situação e a vigência de ambas aquelas regras prejudicava os membros da equipa, privados quer do apoio quer da Facc, quer da Unidade orgânica de que faziam parte, e por isso se previu, na altura, um maior valor na rubrica missões. Valor que acabou por não ser despendido na totalidade pelos motivos atrás referidos. No período posterior à reprogramação não houve praticamente desvios ao orçamento. Para o ano de 2012, o orçamento acabou por ficar decalcado sobre o que tinha sido efetivamente gasto. Para o ano de 2013, a execução realizou-se de acordo com o que para ele foi reprogramado em 2012.

Indicadores de Realização Física

Indicadores	Quantidade realizada
A - Publicações	
Livros	64
Artigos em revistas internacionais	69
Artigos em revistas nacionais	146
B - Comunicações	

Comunicações em encontros científicos internacionais	169
Comunicações em encontros científicos nacionais	332
C - Relatórios	2
D - Organização de seminários e conferências	42
E - Formação avançada	
Teses de Doutoramento	7
Teses de Mestrado	12
Outras	0
F - Modelos	0
G - Aplicações computacionais	5
H - Instalações piloto	0
I - Protótipos laboratoriais	0
J - Patentes	0
L - Outros	

6. Publicações

Ano	Publicações	URL
2011	Publicado - ANTÓNIO MANUEL Hespanha(coord.), "Teoria da Argumentação e Neo-Constitucionalismo – um conjunto de perspectivas", Almedina, Coimbra, 2011	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?cPath=307&products_id=13697
2011	Publicado - Cláudia Trabuco (em co-coord. com Carlos Ferreira de Almeida e Luís Couto Gonçalves): "Contratos de direito de autor e de direito industrial", Almedina, Coimbra, 2011	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=17802
2011	Publicado - Mariana França Gouveia, "Curso de resolução Alternativa de Litígios", Almedina, Coimbra, 2011	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=14605
2012	Publicado - Nuno Camarinhas, "Les magistrats et l'administration de la justice - Le Portugal et son empire colonial (XVII-XVIIIe siècle)", L'Harmattan, Paris, 2012	http://www.editions-harmattan.fr/index.asp?naviq=catalogue&obj=livre&no=37845
2012	Publicado - Helena Pereira de Melo e Teresa Pizarro Beleza, "A mediação penal em Portugal", Almedina, Coimbra, 2012	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=19910
2012	Publicado - José João Abrantes, "A execução do não"	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=42

	cumprimento dos contratos", Almedina, Coimbra,2012	
2012	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, "Direito Constitucional de Timor-Leste", IDILP, Lisboa/Díli,2012	http://www.quidjuris.pt/Default.aspx?Tag=BOOK&Id=5_466
2012	Publicado - António Manuel Hespanha, "o caleidoscópio do antigo regime", Alameda, são paulo,2012	http://alamedaeditorial.webstorelw.com.br/products /caleidoscopio-do-antigo-regime
2012	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, "O direito constitucional dos países de língua portuguesa - caminhos de um constitucionalismo singular", Almedina, Coimbra,2012	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=20199
2013	Publicado - Jorge Morais Carvalho, Assunção Cristas et. al, "Incumprimento dos contratos", Almedina, Coimbra,2013	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=21625
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia e Nuno Piçarra, "A crise e o Direito",Almedina, Coimbra, 2013	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=22487
2011	Publicado - Marta Tavares de Almeida (com L. Mader), eds., "Quality of legislation, principles and instruments - proceedings of the IX Congress of International Association of Legislation", NOMOS, Baden-Baden, 2011	http://www.amazon.com/Quality-Legislation-Instruments-International-Gesellschaft/dp/3832952454
2013	Publicado - António Manuel Hespanha, "Pluralismo jurídico e direito democrático", Annablume, São Paulo, 2013	http://www.annablume.com.br/loja/
2011	Publicado - Nuno Piçarra (coord.), "A união europeia segundo o tratado de Lisboa: aspectos gerais", Almedina, Coimbra, 2011	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=16777
2013	Publicado - Mariana França Gouveia (com Jorge Morais Carvalho et al.), "Justiça Económica em Portugal", 9 volumes: I - sistema Judiciário; II - Factos e Números; III - Síntese e Propostas; 1- Novo Modelos Processual; 2- Gestão Processual e Oralidade; 3- Prova; 4- Citação; 5- Recuperação do IVA; 6- Resolução Alternativa de Litígios, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2013	https://www.ffms.pt/estudo/24/a-justica-economica-em-portugal

2012	Publicado - Helena Pereira de Melo (com Rui Nunes), "Testamento Vital", Almedina, Coimbra, 2012	https://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=15252
2013	Publicado - Ana Prata e Jorge Morais Carvalho, "Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (anotado)", Coimbra, Almedina, 2013	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=22900
2012	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, "Direito Internacional da Segurança", Almedina, Coimbra, 2013	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=22987
2012	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, "Direito, Religião e Sociedade no Estado Constitucional", IDILP/IDP, Lisboa, 2012	https://www.quidjuris.pt/Default.aspx?Tag=BOOK&Id=5517
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, "Direito Constitucional de Macau", IDILP, Lisboa/Macau, 2012	http://www.quidjuris.pt/Default.aspx?Tag=BOOK&Id=5465
2011	Publicado - Mariana França Gouveia (coord.), "Análise de jurisprudência sobre arbitragem", Almedina, Coimbra, 2011	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=13981
2011	Publicado - Ana Cristina Nogueira da Silva (com Keila Grinsberg), "Soil free from Slaves: Slave Law in late 18th – early 19th century Portugal", Slave ry & Abolition, vol. 32, n.º 3, 2011, pp. 431-446	http://www.tandfonline.com/loi/fsla20?open=32&repetition=0#vol_32
2012	Publicado - António Manuel Hespanha, "Modalidades e limites do imperialismo jurídico na colonização portuguesa", in Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno, 41(2012), pp. 101-137	http://www.libreriauniversitaria.it/quaderni-fiorentini-storia-pensiero-giuridico/libro/9788814174773
2013	Publicado - António Manuel Hespanha, "Uncommon laws. Law in the extreme peripheries of an early modern empire", in Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte: Germanistische Abteilung, ISSN 0323-4045, Nº 130, 2013, págs. 180-204	http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4406163
2012	Publicado - Nuno Camarinhas, "“Fiéis realistas” e “liberais exaltados”. A magistratura na transição para o liberalismo (1828-1830), Revista Ultramares, n.º 2, vol. 1, Ago-Dez/2012 (ISSN-2316-1655), pp. 160-170	https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmxyZXZpc3RhdWx0cmFtYXJlc3xneDozYTE4ODE2OWExZjRmMWVi

2012	Publicado - Francisco Pereira Coutinho, "The Europeanization of portuguese courts", (com Nuno Piçarra), Silesian Journal of Legal Studies, n.º 4, 2012 , pp. 73-88	http://www.ceeol.com/aspx/issuedetails.aspx?issueid=6e49041a-218e-4a3b-8c63-19fe253d39d4&articleId=f76c0704-97f9-4945-a74a-a213ce94ca96
2012	Publicado - Ana Cristina Nogueira da Silva, "Natives who were citizens and natives who were Indigenas in Portuguese Empire (1900-1926)", Endless Empir e. Spain's Retreat, Europe's Eclipse, America's Decline, University of Wisconsin Press, Madison, Wisconsin, p. 295-306	http://uwpress.wisc.edu/books/4945.htm
2013	Publicado - Ana Cristina Nogueira da Silva, "Estatutos incertos: ser português e ser cidadão em territórios americanos e africanos do Império português s, sécs. XIX-XX", in Roberto Guedes (org), África: Brasileiros e Portugueses, Séculos XVI-XIX, MAUAD Editora, Rio de Janeiro, 2013.	http://mauad.com.br/index.php?route=product/product&product_id=18881
2012	Publicado - Carlos Ferreira de Almeida, "Contratos III. Contratos de liberalidade, de cooperação e de risco", Almedina, Coimbra, 2012, 380p.	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=19063
2012	Publicado - Jorge Morais Carvalho, "Os contratos de consumo – reflexão sobre a autonomia privada no direito do consumo", Coimbra, Almedina, 2012	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=19650
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, Manual de Direito Constitucional, vol. I, 5.ª edição, Almedina, Coimbra, 2013	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=955
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, Manual de Direito Constitucional, vol. II, 5.ª edição, Almedina, Coimbra, 2013	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=954
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, Manual de Direito Internacional Público, 4ª ed., Almedina, Coimbra, 2013	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=639
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho (org.), "Enciclopédia da Constituição Portuguesa", Quid Juris, Lisboa, 2013	https://www.quidjuris.pt/Default.aspx?Tag=BOOK&id=969

2013	Publicado - Jorge Morais Carvalho, "Manual de Direito do Consumo", Coimbra, Almedina, 2013	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=22988
2013	Publicado - João Caupers, "Introdução ao Direito Administrativo", 11ª edição, Lisboa, Âncora, 2013	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=1278
2013	Publicado - Carlos Ferreira de Almeida, "Contratos I. Conceito. Fontes. Formação", 5ª ed., 249 p., Almedina, Coimbra, 2013	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=211
2013	Publicado - Carlos Ferreira de Almeida (com Jorge Morais Carvalho), "Introdução ao Direito Comparado", 3ª ed., 175 p., Almedina, Coimbra, 2013	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=129
2011	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, "Constitutional Law - Portugal", in International Encyclopaedia of Laws, Wolters Kluwer Law & Business, 2.ª ed. Sup pl. 88 Wolters Kluwer, Law & Business, The Netherlands, 2011	http://www.ielaws.com/monograph_published3.htm
2011	Publicado - José Manuel Subtil, "Actores, territórios e redes de poder, entre o antigo regime e ao liberalismo", Curitiba, Juruá Editora, 2011	http://www.jurua.com.br/shop_item.asp?id=22319
2011	Publicado - Francisco Pereira Coutinho (com co-coord. M. A. Ribeiro, Isabel Cabrita), "Enciclopédia de Direito Internacional Público", Coimbra, Almedina, 2011	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=17127
2011	Publicado - José Lebre de Freitas, Rui Pinto Duarte, Assunção Cristas, Vítor Neves, M. T. Almeida (orgs), "Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida", vol. I, Coimbra, Almedina, 2011	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=13146
2013	Publicado - Teresa Pizarro Beza e Helena Pereira de Melo, «De la hoguera al matrimonio: el «pecado nefando» y los vicios contra natural» en la antigua ley portuguesa y regulación jurídica de las familias en la actualidad» in Derecho y política de las sexualidades, Una perspectiva Latino-Mediterránea, eds. Daniel A. Borrillo e Víctor J. Gutiérrez	n/a

	Castillo, Huygens Editorial, Barcelona, 2013	
2013	Publicado - Teresa Pizarro Beza, «Gender Based Violence in Armed Conflicts: Women's Rights and International Law» in Gender Based Violence in Armed Conflicts, cadernos idn, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, nº 11, pp 127-137	http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1351&cod=20#sthash.c8IU4JGR.dpbs
2013	Publicado - Frederico Costa Pinto, A categoria da punibilidade na teoria do crime (dissertação de doutoramento), Tomo I e Tomo II, Coimbra: Almedina, 2013	http://www.fnac.pt/A-Categoria-da-Punibilidade-na-Teoria-do-Crime-Vol-1-Frederico-de-Lacerda-da-Costa-Pinto/a733428
2013	Publicado - Nuno Camarinhas, «Justice administration in early modern Portugal: Kingdom and empire in a bureaucratic continuum», Portuguese Journal of Social Sciences, Vol. 12, N. 2, 2013, pp. 179-193.	http://pjss.iscte.pt/index.php/pjss
2012	Publicado - Francisco Pereira Coutinho, "The Europeanization of portuguese courts", (com Nuno Piçarra), in N. S. T. e A. C. Pinto (eds.), The european ization of portuguese democracy, Columbia University Press, New York, 2012, pp. 111 a 138	http://www.antonioscostapinto.eu/default.aspx?lang=en&url=books.htm&id=26&
2012	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, "A democracia na Teoria do Direito Constitucional", in Systemas – Revista de Ciências Jurídicas e Económicas, v. 4, 2012, pp. 1-30, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, 2012	http://revistasystemas.com.br/index.php/systemas/article/view/53
2011	Publicado - Teresa Violante, "Concrete Control of Constitutionality in Portugal: a means towards effective protection of fundamental rights", Penn State International Law Review, vol. 29, number 4, Spring 2011, pp. 759-776	https://law.psu.edu/academics/jd-program/journals/penn-state-international-law-review-archive
2013	Publicado - Cláudia Trabuço, "Qu'est-ce qu'un auteur?, Authorship, Originality and the Work of Vergílio Ferreira", in The Letter of the Law: Literatur e, Justice and the Other, Dimakopoulou, Stamatina / Dokou, Christina / Mitri, Effendi (eds.), Frankfurt	http://www.peterlang.com/index.cfm?event=cmp.ccs.eitenstruktur.detailseiten&seitentyp=produkt&pk=68780&cid=527

	am Main, Peter Lang International Academic Publishers, 2013	
2011	Publicado - Armando Marques Guedes, "A estratégia política de reconstrução e a normatividade post bellum emergente. O caso da participação portuguesa no ISAF, Afeganistão, 2002-2011", in Conflitos armados, gestão pós-conflitual e reconstrução: I Encontro Luso-Espanhol de Professores de Direito Internacional Público e Relações Internacionais : Braga, 18 e 19 de fevereiro de 2011 / coord. por Maria da Assunção Vale Pereira, María Teresa Ponte Iglesias; Wladimir Augusto Correia Brito (dir.), Jorge Antonio Pueyo Losa (dir.), 2011, ISBN 978-84-8408-619-2 , págs. 477-514	http://www.andavira.com/catalogo/?cat=4&cat2=3&cat3=&libros=check&idlibro=414&lang=eng
2011	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, "O princípio da dignidade da pessoa humana", in AAVV, Direitos humanos: entre a Utopia e a Contemporaneidade (coord . de Márcia Rodrigues Bertoldi e Karina Batista Sposato), Belo Horizonte, Editora Fórum,2011, pp. 155-162	http://www.editoraforum.com.br/loja/produtos_descricao.asp?lang=pt_BR&codigo_produto=716
2012	Publicado - Frederico Costa Pinto, Crimes contra a segurança rodoviária (nótula), in Revista Penal (Huelva/Salamanca), 29 (2012), p. 248 ss	n/a
2012	Publicado - Frederico Costa Pinto, Reformas penais em Portugal: 2009-2012, (nótula), in Revista Penal (Huelva/Salamanca) 30 (2012), p. 261 ss.	n/a
2012	Publicado - Helena Pereira de Melo, "A discriminação em razão da orientação sexual no Direito Português", in Família em Perspectiva. Uma abordagem transdisciplinar, Zamira de Assis (ed.), Juruá Ed., Curitiba, 2012	http://www.jurua.com.br/shop_item.asp?id=22590
2012	Publicado - Helena Pereira de Melo, "O Estatuto do Embrião Gerado In Vitro no Direito Português", in Família em Perspectiva. Uma abordagem transdisciplinar, Zamira de Assis (ed.), Juruá Ed., Curitiba	http://www.jurua.com.br/shop_item.asp?id=22590

	Pressupostos e efeitos civis do incumprimento”, in Revista Jurídica da Universidade de Santiago, nº 1, 2013, p. 91-103	
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, "O Direito Constitucional de Língua Portuguesa", in European Review of Public Law, Vol. 25, no 2 (88), Summer 2013	http://www.eplpublications.eu/
2013	Publicado - Jorge Morais Carvalho, "A Determinabilidade do Objecto do Negócio Jurídico como Limite à Autonomia Privada", in Revista Jurídica da Universidade de Santiago, Ano I, n.º 1, 2013, pp. 163-175.	n/a
2011	Publicado - Teresa Pizarro Beza, (com Teresa Anjinho), 'Igualdade de Género' in Portugal e a Europa: Dicionário, coord. J. M. Brandão de Brito, J. F. Amaral, M. F. Rollo, Tinta da China, 2011	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=15363
2011	Publicado - Armando Marques Guedes, As constantes emergentes e a atipicidade das linhas de força na política externa de Angola, 1975-2002, in A política externa de Angola no Novo Contexto Internacional, (ed. J. Francisco Paiva), Lisboa, Quid Juris, pp 21-73	http://www.fnac.pt/A-Politica-Externa-de-Angola-no -Novo-Contexto-Internacional-Varios/a524635
2012	Publicado - Armando Marques Guedes, "Performative political power repertoires and shifting waters in the east-timorese 'semi-presidentialist' system government", in (eds.) N. C. Mendes e A. Saramago, "Dimensions of State-Building: Timor-Leste in Focus", Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 89-111	http://www.amazon.com/Dimensions-State-Building-Nuno-Canas-Mendes/dp/3843362440
2011	Publicado - Armando Marques Guedes, "Clusters of diplomatic training in the central european initiative Countries against a comparative background", Centre for Advanced Academy Studies and Ministry of Foreign Affairs, Diplomatic Academy Proceedings, vol. 8, n.º 1, pp. 21-39, Dubrovnik and Zagreb, Croatia	https://www.da-vienna.ac.at/jart/prj3/diplomatische_akademie/resources/dbcon_def/uploads/prj3/diplomatische_akademie%7C/RaisingDiplomats.pdf

2011	Publicado - Armando Marques Guedes, , "A ausência de uma arquitectura de segurança no Atlântico Sul e a abertura de novas frentes de desordem na ordem internacional", in "A segurança no Atlântico Sul", ADESG e Fundação Getúlio Vargas, Brasil	n/a
2011	Publicado - Francisco Pereira Coutinho, Coutinho (com F. B. Gala), "Oil and Est Timor's Independence", in (eds.) N. C. Mendes e A. Saramago, "Dimensions of State-Building: Timor-Leste in Focus", Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 89-111	http://www.amazon.com/Dimensions-State-Building-Nu-no-Canas-Mendes/dp/3843362440
2011	Publicado - Nuno Piçarra, "Poderes e limites de atuação das comissões parlamentares de inquérito no Direito Brasileiro e no Direito Português", in O Direito, ano 142, 2011, pp. 231-266	n/a
2011	Publicado - Tiago Duarte, "As fronteiras do Direito Público e a Arbitragem Internacional de Protecção de Investimentos", Scientia Iuridica, maio-agosto, tomo 326, 2011	http://arbitragem.pt/conselhos/arb-investimento/doutrina/nacional/fronteiras-dir-publico-arbitragem-internacional-proteccao-investimentos--2011--tiago-duarte.pdf
2011	Publicado - Tiago Duarte (co-autoria) "La anulación de sentencias CIADI: Corregir las sentencias o corregir las tendencias?", Anuário Latinoamericano de Arbitraje, 2011	n/a
2011	Publicado - Jorge Morais Carvalho e Mariana França Gouveia, "Arbitragens complexas: questões materiais e processuais", in Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, n.º 4, 2011, pp. 111-161	http://arbitragem.pt/revista/
2011	Publicado - Jorge Morais Carvalho e Mariana França Gouveia, "Convenção de Arbitragem em Contratos Múltiplos", in Cadernos do Direito Privado, n.º 36, 2011, pp. 36-49	http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?MENU_LEFT_ID_CLASSE=640&MENU_TOP_ID_CLASSE=0&SUB_NAV_ID_CLASS=660&SUB_NAV_ID_OBJ=34775
2012	Publicado - Elena Burgoa, A corrupção e a responsabilidade social empresarial, Anuario de Derecho Penal Económico y de la Empresa, ADPE 2 (2012), director Dino Carlos Caro Cavia, Centro de Estudios de	http://www.adpeonline.com/anuario2012/aonline/anuario_dcc.pdf

	Derecho Penal Económico y de la Empresa, CEDPE S.A.C., Lima.	
2012	Publicado - Elena Burgoa, Corruptodependências: intervenção preventiva e punitiva, in Actas – VII Congresso Português de Sociologia, Sociedade, Crise e Reconfigurações, 2012, Área do Direito, Crime e Dependências, PAP0467	http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0_467_ed.pdf
2012	Publicado - Francisco Pereira Coutinho, "o impacto do Tratado de Lisboa na política externa portuguesa", (com J. A. Correia), Janus 2011-2012, n.º 14, 2011, 148-149	http://janusonline.pt/popups2011_2012/2011_2012_3_3_5.pdf
2013	Publicado - Carlos Ferreira de Almeida, "O contrato de conta corrente e a conta corrente bancária", Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, vol. II, p. 25-43	http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?&SUB_NAV_ID_OBJ=38062
2013	Publicado - Carlos Ferreira de Almeida, "Erro sobre a base do negócio", in Cadernos de Direito Privado, nº 43, julho/setembro de 2013, p. 3-9	http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?MENU_LEFT_ID_CLASSE=640&MENU_TOP_ID_CLASSE=-1%27&SUB_NAV_ID_CLASS=660&SUB_NAV_ID_OBJ=38460
2013	Publicado - Helena Pereira de Melo e Teresa Pizarro Beza, "1. Different Voices in Women Human Rights: CEDAW and European Union Gender Equality Law" in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Höster (ed.: Luís Couto Gonçalves, Wladimir Brito, Mário Ferreira Monte, Fernando de Gravat o Morais, Clara Calheiros e Cristina Araújo Dias) Almedina: Coimbra, 2013, pp. 927 – 957	http://www.wook.pt/ficha/estudos-em-homenagem-ao-professor-doutor-heinrich-ewald-horster/a/id/145934_23
2013	Publicado - Frederico Costa Pinto, «Detenções ilícitas» (nótula), Revista Penal 31 (2013), p. 306-308	n/a
2013	Publicado - Frederico Costa Pinto, «A revisão de 2013 do CPP ou como legislar no fio da navalha» (apontamento), Justiça Independente, Newsletter digital 1 (2013), p. 12-13	n/a
2013	Publicado - Frederico Costa Pinto, «Extrema necessidade: a construção histórica e a diferenciação sistemática» in	http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?&SUB_NAV_ID_OBJ=38169

	Direito Penal. Fundamentos dogmáticos e político-criminais. Homenagem ao Prof. Peter Hünerfeld, Coimbra: Coimbra Editora, 2013, p. 637 a 656.	
2013	Publicado - Frederico Costa Pinto, «Direito de audição e direito de defesa em processo de contraordenação: conteúdo, alcance e conformidade constitucional», RPCC 23 (2013), p. 1 a 59	n/a
2013	Publicado - Frederico Costa Pinto, «Direito Penal Médico» (nótula), Revista Penal n.º 33 (2013)	n/a
2013	Publicado - João Caupers, Actos políticos – contributo para a sua delimitação, «in» Cadernos de Justiça Administrativa, n.º. 98, Março/Abril 2013, pp. 3 a 13	http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?MENU_LEFT_ID_CLASSE=640&MENU_TOP_ID_CLASSE=-1%27&SUB_NAV_ID_CLASS=659&SUB_NAV_ID_OBJ=37457
2013	Publicado - João Caupers, De volta a uma fronteira turbulenta – actos administrativos e actos políticos, «in» Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 99, Maio/Junho 2013, pp.40 a 43	n/a
2011	Publicado - João Caupers, "Autonomia e domínio público regional. O domínio público marítimo" in Açores: uma reflexão jurídica, Coimbra, Coimbra Editor a, 2011	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=15713
2012	Publicado - João Caupers, "Arbitragem administrativa nos conflitos desportivos?", in Arbitragem Administrativa e Tributária, Coimbra, Almedina, 2012	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=18477
2013	Publicado - Joana Estorninho de Almeida, "Liberal State and Images of Civil Servants", in The Making of Modern Portugal, Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, 2013, pp. 125-148	http://www.amazon.com/Making-Modern-Portugal-Luis-Trindade/dp/144385039X
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, Os Serviços de Informações em Portugal: Organização e Fiscalização, in RDeS – Revista de Direito e Segurança, Ano I , nº 1, de janeiro-junho de 2013, pp. 63-85 (ISSN 2182-8687)	https://www.quidjuris.pt/Default.aspx?Tag=BOOK&Id= 995
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, As fontes do Direito	http://www.quidjuris.pt/Default.aspx?Tag=BOOK&Id=9 95

	de Timor-Leste, in ReDiLP - Revista do Direito de Língua Portuguesa, Ano I, nº 1, janeiro-junho de 2013, pp. 153-187 (ISSN 2182-8695)	
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, A segurança nacional na Constituição de Timor Leste de 2002, in Revista de Direito e Segurança, nº 2 de 2013	https://www.quidjuris.pt/Default.aspx?Tag=BOOK&Id= 659
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, A formação e o papel do jurista numa Globalização sustentável: o papel do Direito Constitucional, in Revista do Direito de Língua Portuguesa, nº 2 de 2013	http://cedis.fd.unl.pt/publicacoes/revistas/370-re_vdilp
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, A Democracia na Teoria do Direito Constitucional, in AAVV, Liber Amicorum em Homenagem ao Prof. Doutor João Mota de Campos, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 467-501 (ISBN 978-972-32-2116-9)	http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?&SUB_NAV_ID_OBJ=37395
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, A Constituição e o Direito Justo, in AAVV, Estudos em Comemoração do XX Aniversário da Constituição da República de Cabo Verde (org. de José Pina Delgado e Mário Ramos Pereira Silva), Edições ISCJS, Praia, 2013, pp. 9-29	n/a
2013	Publicado - Jorge Morais Carvalho, Contrato para a Assistência a Espectáculo Desportivo", in Dez Anos de Desporto & Direito, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 281-313.	http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?&SUB_NAV_ID_OBJ=38162
2013	Publicado - Jorge Morais Carvalho, "O Prazo de Vencimento da Obrigação de Pagamento do Preço nos Contratos de Compra e Venda de Bens Alimentares", in RED – Revista Electrónica de Direito, n.º 2, 2013.	http://www.cije.up.pt/revistared
2012	Publicado - Jorge Morais Carvalho, "Contrato para a Utilização de Instalações e Equipamentos Desportivos – Anotação ao Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 5 de Junho de 2012", in Desporto & Direito – Revista Jurídica do Desporto, Ano X, n.º 28, 2013, pp. 33-59 (com 10.º 28.º 2013, pp. 33-59)	http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?&SUB_NAV_ID_OBJ=37953

	A)	
2013	Publicado - Jorge Morais Carvalho, - "Crédito ao Consumo – Ónus da Prova da Entrega de Exemplar do Contrato e Abuso do Direito de Invocar a Nulidade – Ac. do TRP de 14.11.2011, Proc. 13721/05", in Cadernos de Direito Privado, n.º 42, 2013, pp. 36-52 (com MICAEL TEIXEIRA).	http://www.wook.pt/ficha/cadernos-de-direito-privado-n-42/a/id/15115726
2013	Publicado - Jorge Morais Carvalho, "A Ordem Pública como Limite à Autonomia Privada", in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Alberto Xavier, Vol. III, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 351-378.	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=21163
2012	Publicado - Maria Helena Brito, "Arbitragem internacional. A propósito da nova Lei da Arbitragem Voluntária", Themis, 2012, n.ºs 22/23, p. 103 a 143 (publicada em 2013)	http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?MENU_LEFT_ID_CLASSE=640&MENU_TOP_ID_CLASSE=0&SUB_NAV_ID_CLASS=685&SUB_NAV_ID_OBJ=38617
2013	Publicado - Margarida Lima Rego, «Um seguro de responsabilidade civil para os magistrados?» em Novos temas da responsabilidade civil extracontratual das entidades públicas, ICJP 2013, ISBN: 9789899783430, pp. 159-167.	http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/respcivil_ebook_completo_rev1.pdf
2013	Publicado - Margarida Lima Rego, «Catástrofes naturais e seguros» em Catástrofes Naturais – Uma realidade multidimensional, ICJP 2013, ISBN: 978989978 3423, pp. 165-190 (coautoria).	http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_catastrofes_final1_isbn.pdf
2013	Publicado - Nuno Piçarra, "O Direito à Liberdade e à Segurança na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: genealogia, âmbito de aplicação e desenvolvimentos jurisprudenciais", in Revista Mestrado em Direito – Direitos Humanos Fundamentais, ano 13, n.º 1, 2013, pp. 67-90	http://intranet.unifieo.br/legado/edificio/index.php/rmd/issue/view/59
2013	Publicado - Nuno Piçarra, "A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria de jogos de fortuna ou azar: tendências, tensões e paradoxos", in Dez Anos de Desporto & Direito (2003 a 2013), Coimbra, 2013, pp.	http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?SUB_NAV_ID_OBJ=38162

	219-280;	
2013	Publicado - Nuno Piçarra, "Arguição da dissertação de doutoramento de Vera Eiró sobre "A Obrigação de Indemnizar das Entidades Adjudicantes. Fundamentos e Pressupostos", in Themis, ano XII, n.ºs 22/23, 2012, pp. 293-304	http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?MENU_LEFT_ID_CLASSE=640&MENU_TOP_ID_CLASSE=0&SUB_NAV_ID_CLASS=685&SUB_NAV_ID_OBJ=38617
2013	Publicado - Nuno Piçarra, "Sobre a repartição de competência no Tribunal de Justiça da União Europeia", in Revista do Ministério Público, n.º 133, 2013, pp. 11-74;	http://livrariaportuguesa.net/products-page/livros-de-direito/revista-do-ministerio-publico-n-o-133/
2013	Publicado - Rita Calçada Pires, Fat Tax - o ataque fiscal aos alimentos não saudáveis. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Alberto Xavier, Almedina, 2013	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=21161
2013	Publicado - Rita Calçada Pires, A austeridade e as camas de Procrustes – pura mitologia ou realidade?. A austeridade cura? A austeridade mata?. Coordenado por Eduardo Paz Ferreira, AAFDL, Lisboa, 2013	n/a
2011	Publicado - Cláudia Trabuço, "O valor das palavras : as ligações publicitárias em rede e o uso das marcas : acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção) de 23.3.2010, Procs. C-236/08 a C-238/08", in Cadernos do Direito Privado, n.º 35 Braga : Centro de Estudos Jurídicos do Minho, 2011, p. 3-21	http://cejur.pt/CEJUR/Documentos%5CDireito/%C3%ADndices%20CDP%20-%20Geral.pdf
2011	Publicado - Cláudia Trabuço, "a revisão do estatuto do jornalista e o direito de autor do jornalista assalariado, in Associação portuguesa de Direito Intelectual, Direito Sociedade da Informação, vol. IX, Coimbra, Coimbra Editora, 2011, pp. 229-247	http://www.wook.pt/ficha/direito-da-sociedade-da-informacao-volume-ix/a/id/10708252
2011	Publicado - Frederico Costa Pinto, "Direito Penal Tributário", (nótula), Revista Penal 27, 2011, pp. 250 e ss.	n/a
2011	Publicado - Jorge Morais Carvalho, "O processo deliberativo e a fundamentação da sentença arbitral", in O Direito, ano 143.º, IV, 2011, pp. 751-791	http://odireito.almedina.net/

2011	Publicado - Jorge Morais Carvalho, "contrato para a assistência e espectáculo desportivo", in Desporto & Direito – Revista Jurídica do Desporto, ano V III, n.º 2011, pp. 355-387	n/a
2011	Publicado - Jorge Morais Carvalho, "O serviço público essencial de telefone móvel – ac. de uniformização de jurisprudência n.º 1/2010, de 3.12.2009", in Cadernos do Direito Privado, n.º 34, 2011, pp. 37-54	http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?MENU_LEFT_ID_CLASSE=640&MENU_TOP_ID_CLASSE=0&SUB_NAV_ID_CLASS=660&SUB_NAV_ID_OBJ=32458
2011	Publicado - Jorge Morais Carvalho, "Práticas comerciais desleais de empresas face aos consumidores", in Revista de Direito das Sociedades, ano III, n.º 1, 2011, pp. 187-219	http://rds.almedina.net/?p=60
2011	Publicado - Jorge Morais Carvalho, "Prescrição do Direito de Exigir o pagamento do preço nos contratos relativos a serviços públicos essenciais", in Scientia Iuridica – Revista de Direito Comparado Português e Brasileiro, Tomo LX, n.º 325, 2011, pp. 81-99	n/a
2011	Publicado - José João Abrantes, "cláusulas de mobilidade geográfica do trabalhador – algumas questões" in Direito do Trabalho Crise = Crise do Direito do Trabalho? – Actas do Congresso do Direito do Trabalho, Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, Coimbra, 2011, p. 29-36	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=14508
2011	Publicado - Margarida Lima Rego, "A quem aproveita o seguro de responsabilidade civil de administradores celebrado para os efeitos do art. 396.º CSC?", in Congresso Direito das Sociedades em Revista, Coimbra, Almedina, 2011	n/a
2011	Publicado - Nuno Piçarra, "o combate ao tráfico de seres humanos na perspectiva da União Europeia", in Tráfico Desumano. Livro de Atas, Coleção de Direitos Humanos e Cidadania, Cadernos de Administração interna, Lisboa, 2011, 99-103	http://www.animar-dl.pt/index/documentacao/documentos/direitos_humanos/trafego

2011	Publicado - Nuno Piçarra, "Os jogos de fortuna ou azar online perante o direito da União Europeia: o acórdão santa casa e os seus antecedentes", in Es tudos em Memória do Prof. Doutor J. L. Sanches, vol I, Coimbra, 2011	http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=17731
2011	Publicado - Tiago Duarte, "Os eléctricos de Marselha não chegaram a Sintra: o tribunal de contas e os limites à modificação dos contratos", in Revista dos Contratos Públicos, n.º 3, (Set-Dez), 2011	http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/td_MA_20281.pdf
2011	Publicado - Tiago Duarte, "A suspensão e a interrupção do prazo para a impugnação judicial de actos administrativos: vale a pena arriscar?", Estudos d e Direito Público, Coleção PLMJ/Coimbra Editora, 2011	n/a
2013	Publicado - Teresa Pizarro Beza (com Teresa Anjinho), 'A Igualdade de Género na Europa' (com Teresa Anjinho) in Ciências e Letras da FAPA (Rio Grand e do Sul), n.º 53, 2013	http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/artic le/view/212
2011	Publicado - António Manuel Hespánha e José Luís Subtil, "corporativismo e estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do antigo regime", coleção O Brasil Colonial, vol. I, coord. F. Gouvêa e J. Fragoso, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2011	n/a
2011	Publicado - José Luís Subtil, "os conventos de religiosas no Alentejo entre a revolução e a regeneração (1820-1858), O Alentejo entre o Antigo Regime, Regeneração, mudanças e permanências, Lisboa, Colibri (CIDEHUS, Universidade de Évora), 2011, pp. 65-2011	n/a
2011	Publicado - José Luís Subtil, "Pombal e o Rei: valimento ou desgovernamentalização?", Ler História, n.º 60 (julho de 2011)	n/a
2011	Publicado - José Luís Subtil, "Paradoxos e contradições da governamentalidade e da administração da justiça	n/a

	(1807-1834)", Administração e Justiças na Res Publica, Braga, Universidade do Minho, 2011	
2013	Publicado - Carlos Ferreira de Almeida, "Contratos de acceso", Estudios de Derecho mercantil. Libro homenaje al Prof. Dr. Dr. h. c. José Antonio Gómez Segade, Marcial Pons, Madrid, Barcelona, Buenos Aires, São Paulo, 2013, p. 947-956	n/a
2011	Publicado - Cláudia Trabuco, "La abitrabilidad de las cuestiones de competencia en la legislación portuguesa: la unión de dos artes negras", em co-autoria com Mariana França Gouveia, in Luis Antonio Velasco, Carmen Alonso Ledesma, Joseba Echebarria Sáenz, Carmen Herrero Suárez, Javier Gutiérrez Gilanz (org.), Derecho de la competencia, Valladolid, Lex Nova, 2011, pp. 551-566;	n/a
2013	Aceite para publicação - Cristina Nogueira da Silva, "Tolerância religiosa e direitos da religião católica no constitucionalismo espanhol e português, primeira metade do século XIX", Mélanges de la Casa Velásquez, aceite para publicação em 2010; provas finais revistas em 2013	n/a
2013	Aceite para publicação - Cristina Nogueira da Silva "Universalism, Legal pluralism and Citizenship: Portuguese Imperial policies in citizenship and law in the nineteenth century", in Clifford Ando and Jean Frederick Shaub, (org.), The Antonine Constitution after 1800 years. Citizenship and empire in Europe, 200-1900, aceite e entregue para publicação em Novembro de 2013.	n/a
2013	Aceite para publicação - Cristina Nogueira da Silva, "Como contar a história dos Direitos Humanos? Algumas questões metodológicas", in Paulo Barcelos (org.), Direitos Fundamentais e soberania na Europa. História e Actualidade, aceite e entregue para publicação em Julho de 2013.	n/a
2013	Aceite para publicação -	n/a

	Armando Marques Guedes, "De novo o repertório político performativo e as águas revoltas do semi-presidencialismo Timorense – mas agora redux", in Rui Graça Feijó (org), O Semipresidencialismo Timorense: História, Política e Desenho Institucional, Coimbra, Almedina/CES (saída prevista para Janeiro 2014)	
2013	Aceite para publicação - Armando Marques Guedes, "Liaisons dangereuses: reading and riding the winds of security risks in the Atlantic south", School for Advanced International Studies, John's Hopkins University, Washington (sairá em fins de Janeiro 2014)	n/a
2013	Aceite para publicação - Armando Marques Guedes, – "Répétition et Innovation: Généalogie et Architecture dans les Processus de Formation de Diplomates pendant et depuis le XVIIIème siècle", to be published by the Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (saída prevista para Janeiro de 2014)	n/a
2013	Publicado - Jorge Bacelar Gouveia, "Religious education in Portugal", in AAVV, Religious Education in the World Today (ed. Drago Cepar e Roman Globokar), Ljubljana, 2013, pp. 32-36 (ISBN 978-961-6650-16-8)	n/a
2013	Publicado - Luísa Andias Gonçalves, «Políticas de Emprego: a experiência portuguesa», in AAVV [Coord. CABEZA PEREIRO, J. e FERNÁNDEZ PROL, F., Políticas de Empleo, Editorial Aranzadi, Pamplona, 2013, pp. 335-352	n/a
2013	Publicado - Luísa Andias Gonçalves, «A formação profissional no Código do Trabalho», Questões Laborais, n.º 40, pp. 175-202	n/a
2013	Publicado - Francisco Proença Garcia, Libya crisis and war. An approach. In Estratégia. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Instituto Superior de Ciências Sociais	n/a

	e Políticas e Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Vol. XXII, p. 119-128	
2013	Publicado - Francisco Proença Garcia, As empresas Militares Privadas. In Revista de Direito e Segurança. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Nº. 1, janeiro-junho, p. 177-182	https://www.quidjuris.pt/Default.aspx?Tag=BOOK&id= 995